

A ECONOMIA POSSÍVEL COM TANCREDO

Luiz Carlos Bresser Pereira

Folha de S. Paulo, 15.9.1984. Transcrição de conferência no seminário do Departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, por ocasião do trigésimo aniversário da Fundação Getúlio Vargas.

A esperança da maior parte da população brasileira de ver Tancredo Neves eleito presidente da República vai-se transformando em uma quase certeza. Sua candidatura nasceu de um grande movimento popular – a campanha das eleições diretas – que clamava por transformações profundas no campo econômico, político e social. Não foi possível à Nação, ou seja, ao povo e à sociedade civil unidos, lograr a aprovação da emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas. Mas através da formação da Aliança Democrática, que associou o PMDB à Frente Liberal, formada pelos dissidentes do PDS, e do provável apoio dos demais partidos de oposição, foi possível a sociedade brasileira unir-se em torno da candidatura Tancredo Neves.

Em conseqüência, as grandes esperanças ou as grandes reivindicações que deram substância à campanha pelas eleições diretas transferiram-se para o candidato da oposição, não obstante ele deva ser eleito pela via indireta. Formam-se, assim, expectativas de que o novo presidente, através de um passe de mágica, além de restabelecer a democracia plena no país, retomará o processo de desenvolvimento, eliminará o desemprego, controlará a inflação, resolverá o problema da dívida externa, porá ordem nas finanças públicas, aumentará os salários.

Essas expectativas são, obviamente, excessivas e certamente conduzirão, depois, à frustração popular. Mesmo no plano político, onde a presença de Tancredo Neves no Palácio do Planalto implicará, imediatamente, em uma mudança radical do autoritarismo para a democracia, não se poderá falar em democracia plena. Enquanto houver diferenças sociais profundas e privilégios de todos os tipos na sociedade brasileira não se poderá falar em democracia plena.

Mas no plano econômico e social é que as expectativas podem ser mais frustrantes. É muito freqüente no Brasil que as pessoas esqueçam que, em última análise, a economia é a ciência da produção regida pelo princípio da escassez, e da distribuição regida pelos princípios do valor e do poder. Lembra-se, geralmente, que há um forte elemento de poder na economia – o que é inegável –, mas esquecem-se que as limitações impostas pela escassez e pela lei do valor são mais importantes do que a liberdade de ação propiciada pelo poder.

Na verdade, nestes últimos cinquenta anos de políticas keynesianas – que continuam a ser postas em prática, apesar da crise do keynesianismo, como se pode verificar hoje, nos Estados Unidos — foi possível observar, nos países capitalistas centrais, que não existe qualquer correlação entre o tipo do partido político e a taxa do crescimento econômico. Os partidos e os respectivos governos logram influenciar a distribuição da renda, mas tem pouco impacto sobre sua geração. O poder pode estar com um partido conservador ou social-democrático, as políticas econômicas podem ser mais ou menos ortodoxas, mas não será por isso que a taxa de crescimento econômico variará. Muito mais importantes serão os movimentos cíclicos da economia, regidos, no médio prazo, pelas relações entre o consumo e o investimento, os salários e os lucros, e, no longo prazo, pelas ondas de inovação tecnológica.

No curto prazo a lei da escassez e a defesa da participação na renda de cada indivíduo, de cada grupo, de cada classe estão sempre presentes, de forma que não resta ao economista outra alternativa senão reconhecer tais limitações e lembrar que geralmente a racionalidade econômica exige que façamos permutas (*trade-offs*), que para ganharmos alguma coisa estejamos dispostos a perder outra. Certamente seria muito melhor se pudéssemos jogar, sempre, jogos com soma maior do que zero, em que todos apenas ganham. O aumento da produtividade dos economistas clássicos ou o estímulo à demanda agregada proposto por Keynes tem esse efeito. Daí sua enorme popularidade. Mas é preciso ser realista e reconhecer que nem sempre soluções dessa natureza são possíveis. Muitas vezes é inevitável fazer permutas, entre salários e inflação, entre ajuste externo e nível do emprego, entre taxa do câmbio e inflação, entre acumulação de capital e distribuição da renda.

Na medida em que a mercado não tem a menor possibilidade do resolver sozinho essas permutas, cabe ao poder ou ao governo tentar arbitrá-las, e cabe aos economistas assessorar essa arbitragem da forma mais racional e mais justa possível.

É dentro deste quadro de referências que é preciso discutir a política econômica possível no governo Tancredo Neves. Nesta política, economistas, empresários e políticos terão um papel decisivo. O economista como o guardião de uma certa racionalidade, as empresários como portadores de uma vontade nacional do crescimento, os políticos como representantes dos trabalhadores que hoje enfrentam o desemprego e a perda do poder aquisitivo dos salários.

1

Para analisar as condições da retomada do crescimento é preciso, preliminarmente, indagar sobre o problema da dívida externa, ou, mais precisamente, sobre o ajustamento ou desajustamento da economia brasileira.

A tese que pretendo desenvolver neste particular não agradará nem os economistas ortodoxos e o Fundo Monetário Internacional, que têm uma visão muito rígida do que seja ajustamento externo e pretendem que a economia brasileira se mantenha por mais tempo em recessão para ajustar-se, nem as economistas voluntaristas ou populistas, para os quais o problema do ajustamento externo não existe, já que sempre é possível recorrer a moratória ou ao repúdio da dívida.

Afirmo que a economia brasileira encontrava-se efetivamente desajustada entre 1979 e 1982, mas que nesses últimos dois anos ajustou-se, ainda que a um custo desproporcional aos benefícios, e está agora pronta para crescer.

Muitas vezes se define a desajustamento externo de uma economia quando esta apresenta déficit em suas transações correntes. Contudo, entre 1970 e 1978, o Brasil não somente teve déficit nas transações correntes, como também na balança comercial e na balança de transações reais (ou seja, na balança de transações correntes menos juros). Porém, ninguém, naquele período, ousaria afirmar que a economia não estivesse ajustada, pois havia uma certa harmonia com o resto do mundo. De um lado, o Brasil tinha um projeto de crescimento com endividamento; do outro, os banqueiros não somente aceitavam a situação como ofereciam créditos quase ilimitados aos empresários e governo brasileiros.

A partir de 1979, a economia mundial recebe o impacto do segundo choque do petróleo e do choque das taxas de juros internacionais. O Brasil, com uma dívida externa pouco superior a US\$ 40 bilhões e essencialmente dependente do petróleo, sente mais intensamente os efeitos desses impactos. E nesse momento temos um grave erro de política econômica: a política de desaquecimento econômico aplicada até meados de 1979, com o intuito de amenizar os impactos da crise externa e ajustar a economia brasileira à nova situação internacional, é substituída por uma política desenvolvimentista. Avolumam-se os déficits comerciais e o endividamento externo. Por outro lado, o governo promove uma maxidesvalorização cambial, no final do ano, recrudescendo a inflação. Em seguida, prefixa irrealisticamente a correção cambial, e a taxa de câmbio volta a valorizar-se, de forma que o país só fica com os prejuízos da maxidesvalorização e sem nenhum dos benefícios. A partir de 1979, portanto, a economia não somente está desajustada, mas há um agravamento do desajuste. Em consequência do desenvolvimentismo fora de hora há uma verdadeira exacerbação do desequilíbrio externo.

A partir do final de 1980, quando o desajuste externo torna insustentável o relacionamento com os credores externos, a política econômica governamental muda radicalmente no sentido de provocar a recessão da economia a fim de ajustá-la à nova situação. Cometem-se agora erros de política econômica no sentido inverso. Não há dúvida de que a economia necessitava adequar seus gastos a sua produção. Mas era preciso saber combinar ajustamento com financiamento, já que o desequilíbrio externo fora causado em grande parte por fatores exógenos: a elevação dos preços do petróleo e da taxa de juros internacional.

Durante 1979 e 1980 era razoável afirmar que existia na economia brasileira importante foco de inflação de demanda, representado pelo fato de o País estava gastando mais do que produzia, o que era explicitado pelo aumento do saldo negativo balança de transações reais, ou seja, da balança comercial mais serviços reais de transporte, seguros e turismo. Em consequência era necessário iniciar-se um processo de ajustamento, já que os credores recusavam-se a aumentar o financiamento ao Brasil. Foi o que foi feito, mas de forma radical; através de um verdadeiro tratamento de choque, que leva a economia à recessão em 1981. Os mecanismos fiscais e monetários foram utilizados então sem qualquer adaptação à realidade brasileira. Os resultados em termos de ajustamento, entretanto, são medíocres. Produz-se um pequeno superávit comercial e a inflação cai ligeiramente em 1981, voltando a acelerar-se em 1982 devido aos gastos inflacionários relacionados com as eleições daquele ano.

No segundo semestre de 1982, depois das eleições de 15 de novembro, o Brasil recorre oficialmente ao Fundo Monetário Internacional. Em 6 de janeiro de 1983 assina sua primeira Carta de Intenções e continua sua política de recessão. Em fevereiro, realiza uma maxidesvalorização de 30 por cento. O Brasil precisava de superávits na balança comercial, mas a maneira de consegui-los foi desnecessariamente drástica. A partir de 1983 os superávits alcançados foram os maiores já conhecidos na balança comercial brasileira, US\$ 6,5 bilhões em 1983 e quase o mesmo montante somente no primeiro semestre de 1984. Em síntese, o ajustamento externo, sem dúvida necessário, foi excessivo, provocando em 1983 a mais grave crise da história industrial do Brasil.

Atualmente, o Brasil ainda continua em processo de ajustamento da sua economia, embora já não haja mais razão para isto. O país está praticamente com sua economia ajustada. Há várias razões para isto. Em primeiro lugar porque realizou seu processo de ajustamento com tamanha violência que deverá conseguir, em 1984, saldo superavitário superior a US\$ 11 bilhões em sua balança comercial, saldo positivo de US\$ 7 bilhões nas transações correntes próximo de US\$3 bilhões. Logo, pode-se afirmar que o Brasil está gastando menos do que produz. O excedente está sendo vendido ao Exterior.

Em segundo lugar, houve uma transformação na mentalidade dos empresários brasileiros, que passaram a exportar mais e a se preocupar com a concorrência externa, ou seja, a ser competitivos internacionalmente.

Em terceiro lugar, embora o País esteja passando pelo quarto ano consecutivo de recessão, não houve ainda o sucateamento da indústria nacional. Poderá ocorrer, se a recessão perdurar por mais alguns anos. Mas até o momento não houve tal processo e sim considerável aumento da produtividade, o que explica o grau de competitividade que a indústria nacional está demonstrando em diversos ramos produtivos que já iniciaram sua incursão nos mercados externos. Essa competitividade pode ser percebida pela radical modificação da estrutura da pauta exportadora brasileira, com a evolução crescente da participação dos produtos manufaturados, principalmente nos dois últimos anos. Em 1975, os produtos industrializados, incluindo-se manufaturados e semi-manufaturados, participaram de 35% da pauta exportadora brasileira. Essa participação foi crescendo paulatinamente até atingir 59,4% em 1983. No primeiro semestre deste ano a sua participação já perfazia 64,2%. Isso se deveu ao fato de o crescimento médio anual das exportações de primários se situar em 7,5% no período 1976-83, enquanto a dos produtos industrializados em 21,5%. No primeiro semestre de 1984, contudo as exportações de produtos primários cresceram somente 1,2%, enquanto a dos industrializados, 33,9%. Esse crescimento de nossas exportações de produtos industrializados já vem preocupando as nações importadoras, que voltam a repetir ameaças de aumentar suas barreiras à importação.

Em quarto lugar, houve uma mudança na matriz energética nacional. A partir de 1980, há uma expansão da produção de petróleo bruto, ao mesmo tempo em que alguns derivados do petróleo passam a ser substituídos por combustíveis alternativos, destacando-se o álcool e a energia elétrica. Hoje a produção nacional do petróleo corresponde a 60% do consumo, contra 16% em 1979.

O FMI, contudo, não entendeu até aqui que o Brasil já está com sua economia ajustada e poderá iniciar já a seu crescimento. O próprio ministro do Planejamento, em contato que manteve no início de agosto com o diretor-gerente do FMI; Jacques de Larosiere, em Washington, iniciou um diálogo no qual o tema principal foi a reativação da

economia brasileira já em 1985, como forma de superar os problemas econômicos que não foram corrigidos com a recessão, principalmente a inflação superior a 300%. Sua argumentação, que neste caso coincide em grande parte com a nossa, é a de que a inflação brasileira é hoje provocada pela elevação dos custos de produção e agravada pela ociosidade do parque produtivo. Para combater a inflação, a ministro propõe a reversão das expectativas psicológicas, que, paradoxalmente, somente será possível com a retomada do crescimento. Seus argumentos, entretanto, não foram aceitos, de forma que, principalmente devido as altas taxas de inflação internas, a sexta Carta de Intenções ao FMI está sendo assinada, em setembro de 1984, em termos ainda fortemente recessivos. Ora, como a inflação brasileira é autônoma, ou seja, independente do excesso de demanda, em 1985 a inflação brasileira provavelmente ainda estará elevada. Nestes termos, se prosseguirmos aceitando a orientação do Fundo, além de terminarmos 1984 em recessão, já que a modesta recuperação da economia em função do aumento das exportações é insuficiente para inverter a tendência declinante da renda por habitante, fatalmente teremos que enfrentar mais recessão em 1985.

2

O objetivo primeiro do FMI é o de que, no reajuste do balanço de pagamentos, a conta transações correntes se equilibrasse, ou, em outras palavras, zerasse per volta de 1987. Ora, tal objetivo, assim como o de continuar reduzindo drasticamente o déficit público e o volume real da moeda, são incompatíveis com a retomada do crescimento. Também por esse lado devemos continuar em recessão em 1985.

Na verdade, retomando efetivamente o desenvolvimento, poderemos zerar as transações correntes em 1990 ou 1991, e não em 1987 ou 1988. As taxas de crescimento compatíveis com as necessidades de recuperação dos níveis de renda e do emprego da comunidade brasileira aproximam-se da taxa secular de crescimento do PIB: em torno de 6 a 7% ao ano. Antes de 1990 só será possível zerar a conta-corrente brasileira e alcançar aquelas taxas de crescimento do PIB, se o desempenho das exportações continuar a ser excepcional nos próximos anos, com taxas de crescimento em torno de 20% no ano, e se a elasticidade-renda das importações houver baixado para níveis inferiores a 1 devido ao esforço substituidor de importações.

Se nenhuma das condições for realista e se o Fundo insistir em suas metas quanto ao momento de zerar a conta-corrente quanto no ritmo e à forma de combater a inflação, não nos restará outra alternativa senão rever, mediante acordo ou unilateralmente, os acordos com o FMI de forma a reduzir as metas de superávits comerciais e portanto as transferências de recursos para o Exterior.

Nos quadros de um “otimismo realista” e dado que as exportações, em 1984, se situariam em US\$ 27 bilhões e as importações em US\$ 16 bilhões, realizando-se assim um saldo positivo de US\$ 11 bilhões, poderíamos fazer um exercício de previsão supondo uma taxa de crescimento de 12% para as exportações, a partir de 1985, e a mesma taxa para as importações, porém a partir de 1986. Em 1985, poderíamos considerar o crescimento maior para as importações: de 20% por exemplo, com a finalidade de eliminarmos o grande hiato causado pela enorme compressão do período 1983-84. Nesse caso, o saldo comercial se igualaria ao de 1985, US\$ 11 bilhões. Supondo uma taxa de juros internacional de 12,5% ao ano, próximo da média dos últimos quatro anos, poderíamos conseguir que as transações correntes fossem zeradas em 1990, conforme um exercício de fluxo dd caixa do Brasil para os próximos anos poderia demonstrar.

Zerar a conta-corrente do Brasil antes dessa data, como pretende o FMI só será possível se formos irresponsavelmente otimistas, ou então, se admitirmos mais um ou dois anos de recessão. Como esta alternativa é inaceitável, deveremos adotar, internamente, as medidas necessárias à retomada do desenvolvimento sem a aprovação do FMI. Estaremos, ao fazer isto, agindo como país soberano e responsável, que continua a gastar menos do que produz, que continua a alcançar superávits em transações reais, mas que coloca a retomada do crescimento como condição essencial e não subordina a soberania nacional à vontade dos credores internacionais e do FMI.

Não proponho o rompimento com o FMI, mas, na medida em que passemos a adotar medidas não aceitas por essa instituição, não excluo a possibilidade de que o FMI rompa conosco. Caso isto aconteça, as reservas internacionais de que a País dispõe e, principalmente, a existência de um amplo superávit em transações reais permite-nos estabelecer a porcentagem dos juros vencidos cada ano que desejamos pagar e a porcentagem que desejamos capitalizar. E qual a taxa de juros que nos parece razoável. Em qualquer hipótese será essencial manter um folgado superávit na balança de transações reais, de forma a garantir que as importações necessárias sejam realizadas.

3

Uma vez resolvido nesses termos o problema externo, o País poderá retornar imediatamente ao desenvolvimento através da reativação dos investimentos privados e públicos, estes estimulando aqueles e impulsionando a economia como um todo.

Para estimular os investimentos privados é necessário reduzir a taxa de juros de maneira a torná-la compatível com a taxa de retorno dos investimentos. Para tanto, há necessidade de uma expansão moderada de oferta de moeda, da redução do custo de captação dos bancos através de um redutor de cerca de 10% na correção monetária e de uma nova orientação na política da dívida pública federal.

Para estimular os investimentos públicos serão necessários recursos financeiros. Estes, entretanto, não deverão ter origem em emissões nem ser obtidos através do mercado financeiro, já que a colocação excessiva de títulos da dívida pública eleva a taxa de juros. Está clara, portanto, a necessidade de expansão da base tributária. A carga tributária no Brasil é ainda baixa e teremos que aumentá-la, porém de uma maneira justa, sem erodir ainda mais o poder aquisitivo das classes média e baixa. Será necessário aumentar a base tributária sobre os ganhos de capital e sobre as faixas mais elevadas de renda. O Imposto de Renda sobre a pessoa física deverá ser o instrumento fundamental do saneamento das finanças públicas.

Para se ter uma idéia de como é baixa a carga tributária, basta a comparação entre nosso índice em 1980, 12,7% do PIB, e a média dos países da OECD, 20,2% (em ambos os casos excluindo as contribuições previdenciárias). Não obstante, devido à recessão que reduziu a arrecadação dos impostos indiretos, a carga tributária vem caindo ainda mais nos últimos anos; em 1981 se situou em 12,1%, em 1982, 11,9% e em 1983 em 10,3%. É necessário lembrar que em 1977 ela se situava em 15,1% e sua queda se deve principalmente à opção governamental de financiar nosso déficit através do endividamento público e pela emissão monetária.

4

A principal indagação que podemos fazer sobre essas medidas de retomada do crescimento é se as mesmas irão provocar o recrudescimento da inflação. Embora considere a retomada do desenvolvimento prioritário em relação à inflação, entendo que a resposta é não, porque:

Primeiro, não sendo a inflação de demanda e havendo amplos espaços de desemprego e capacidade ociosa, a retomada do crescimento não deverá levar à ampliação das pressões para aumento das margens do lucro das empresas e dos salários dos trabalhadores: Não há razão para os salários subirem mais do que a produtividade do trabalho, devido ao desemprego existente. -

Segundo, a própria retomada do desenvolvimento e o decorrente aumento de vendas, ao diluir os custos fixos, permitirá a baixa das margens de lucro e portanto dos preços dos setores oligopolistas, sem que haja baixa da taxa de lucro. As empresas recalcitrantes deverão ser induzidas a essa direção através do controle administrativo de preços.

Terceiro, o aumento da produtividade global da economia deverá ser transferido para os trabalhadores, num primeiro momento, não como aumento da massa de salários, mas pelo aumento do número de trabalhadores empregados.

Quarto, na medida em que os juros são custos para as empresas e participam da formação de seus preços, eles são repassados para os consumidores finais. Assim, ao se baixarem os juros cobrados nos empréstimos às empresas, se estará também possibilitando a redução dos custos e preços das empresas.

Em um nível de abstração mais elevado, é preciso entender que a aceleração da inflação é um mecanismo de defesa da taxa de lucro (lucro sobre capital) das empresas quando caem suas vendas devido à recessão. Esta defesa ocorre através da elevação das margens de lucro (lucro sobre vendas) das empresas oligopolistas, e através da queda do salário médio real dos trabalhadores devido à aceleração da inflação ao mesmo tempo em que se mantém o intervalo entre os reajustes salariais.

Se a retomada do desenvolvimento não deverá acelerar a inflação, isso não quer dizer que ocorrerá o inverso: uma queda abrupta de sua taxa em 1985. Na verdade, poucos são os analistas que estão esperando uma baixa drástica na inflação em 1985. Desde que não haja novos choques aceleradores da inflação, podemos estimar uma taxa anual de crescimento dos preços próxima de 210% este ano e de 170% em 1985. Para que haja essa queda, entretanto, além da retomada do crescimento, será essencial a aplicação de um redutor na correção dos ativos financeiros e dos salários, tendo em vista a queda da inflação futura. Enquanto não se quebrar parcialmente o fator mantenedor da inflação – a indexação generalizada da economia – será impossível baixar o patamar da inflação.

Juntamente com a escalada inflacionária, e intimamente ligados a seu combate, existem ainda alguns problemas importantes a serem resolvidos, destacando-se os problemas salarial, cambial e de correção monetária.

5

O problema salarial está intimamente ligado aos resultados do Decreto-Lei 2065, cuja principal finalidade, a redução da taxa inflacionária, não está sendo atingida.

Pretendia-se que a desindexação parcial dos salários nele contida permitisse a redução do patamar inflacionário. Ora, esta redução está sendo quase imperceptível.

O decreto-lei 2065 está sendo desrespeitado por empresas estatais e privadas, ao mesmo tempo em que sofre o ataque dos trabalhadores e empresários. Os trabalhadores protestam porque seus salários estão sendo achatados a partir de três salários mínimos; os empresários, através da própria Confederação Nacional da Indústria, atribuem ao decreto-lei a recessão econômica e a redução de suas vendas para o mercado interno.

Tanto os trabalhadores quanto os empresários que vendem para o mercado interno têm razão em suas críticas. Os trabalhadores de classe média, especialmente, estão sendo gravemente prejudicados pela política salarial do governo, já que são seus salários que não são reajustados plenamente pelo INPC. Em consequência, o mercado interno de bens de consumo é deprimido.

É preciso, entretanto, observar que a simples revogação do decreto-lei 2065 e a volta à correção plena dos salários de acordo com o INPC, ou seja, de acordo com a inflação passada, conforme prevê o projeto de lei já aprovado pelo Senado -, embora pareça uma fórmula óbvia, será, neste momento, uma irresponsabilidade. A indexação dos salários de acordo com a inflação passada é uma fórmula errada e perversa de indexação. É errada porque não mantém estável o salário médio real, como seria de se esperar de qualquer fórmula de indexação. É perversa porque se a taxa de inflação estiver aumentando, o salário real médio estará diminuindo, e se a taxa de inflação estivesse diminuindo, o salário médio real estaria aumentando.

Poder-se-ia argumentar que esta segunda hipótese seria socialmente desejável. Não há dúvida. Mas é economicamente contraditória. Não conheço nenhum caso de redução da taxa de inflação acompanhada de elevação de salários reais.

O decreto 2065 não foi eficiente em reduzir o patamar inflacionário porque se, de um lado, reduziu os salários da classe média, contribuindo dessa forma para desacelerar a inflação, de outro lado levaria ao aumento do salário médio real da grande massa dos trabalhadores que ganham até três salários mínimos caso a inflação diminuísse.

Uma política anti-inflacionária é compatível com salários médios reais estáveis. Não há necessidade de que eles declinem. O arrocho salarial, além de injusto, é desnecessário. Além disso, o combate à inflação é compatível com a manutenção das atuais diferenças salariais. Não há necessidade de um esquema de achatamento do tipo existente no 2065.

Mas, para que a inflação não volte a aumentar e para que a competitividade de nossas exportações seja garantida – exportações que são essenciais em qualquer hipótese – é necessário que o decreto-lei 2065 seja substituído por um sistema de indexação neutro em termos de salários médios reais. A correção de acordo com a inflação passada não é neutra, é perversa. As fórmulas adequadas de indexação salarial são a correção de acordo com a inflação futura ou prevista, ou então a escala móvel de salários. Em ambos os casos, logra-se a manutenção do salário médio real.

De acordo com a escala móvel, quando a inflação atinge uma determinada taxa – 30% por exemplo –, reajustam-se os salários de acordo com essa taxa. O período de

reajustamento torna-se assim variável. Se a inflação se acelera, os reajustes tornam-se mais freqüentes; se se desacelera, torna-se mais espaçados.

A correção de acordo com a inflação futura, já utilizada no Brasil, consiste em aplicar aos salários, no final de determinado período de tempo – seus meses como atualmente ou um ano como era até o primeiro de setembro de 1979 – a taxa de correção formada pela metade da inflação passada e pela metade da inflação prevista para o futuro. Os salários seriam corrigidos, então, apenas em 50% da inflação passada e 50% da inflação futura prevista. Os erros de previsão seriam corrigidos automaticamente nos próximos reajustes.

6

O problema cambial prende-se ao tipo de índice que é utilizado pelo governo para a desvalorização do cruzeiro face ao dólar norte-americano. Desde 1979, o governo realizou duas maxidesvalorizações. A primeira foi perdida no ano seguinte, através de minidesvalorizações a uma taxa anual prefixada bem abaixo da inflação de 1980. Mas a segunda, em fevereiro de 1983, foi seguida de política de minidesvalorização à taxa plena de inflação, adotando-se, a partir do final de 1983, o índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna como indexador. Isto trouxe estímulos adicionais ao setor exportador de produtos industrializados, pois embutiu na correção dos preços dos produtos industriais a elevação dos preços dos produtos agropecuários, que foi enorme no período. Nesses termos deu-se prioridade clara ao equilíbrio externo sobre a inflação.

Como quase dois terços das exportações brasileiras hoje são representadas por produtos industrializados, a correção cambial daqui para frente deveria ser baseada no índice Geral de Preços no Atacado de produtos industriais. Assim haveria um expurgo natural das elevações de preço no setor agropecuário. Por outro lado, a taxa cambial já se encontra em um nível adequado para o exportador, de forma que as minidesvalorizações não precisam mais ser reais, ou seja, superiores ao índice da inflação dos produtos industrializados. Nesse termos, a correção cambial deveria tomar como base a variação do Índice de Preços no Atacado dos produtos industriais menos a inflação externa, mantendo-se assim a paridade do cruzeiro, ao invés de se continuar a desvalorizá-lo.

7

Mais importante do que o combate à inflação, contudo, é a retomada do crescimento. A ampliação dos serviços sociais do governo e a distribuição de renda somente serão possíveis conjuntamente com a retomada do crescimento. A prioridade do social é indiscutível no presente momento, dada a profunda insatisfação dos trabalhadores e da classe média, mas essa prioridade só será efetiva se a economia voltar a crescer.

Um plano de emergência, portanto, deverá ser executado juntamente com as medidas para a retomada do crescimento. Como o próprio nome está dizendo, não se trata de um programa ou plano de longo prazo, mas de um conjunto de medidas a ser aplicado imediatamente, com a finalidade de amortecer o sofrimento de uma parcela considerável da população brasileira, hoje desempregada e vivendo um verdadeiro estado de pauperismo.

Alguns setores deverão ser prioritários neste plano de emergência:

Primeiro, a construção civil. Por ser um setor gerador de volumes enormes de emprego de baixa qualificação, deverá ser reativado com recursos orçamentários. O governo deverá investir no setor de construção de moradias populares, inclusive criando subsídios, resolvendo, assim, o problema do BNH, que hoje quase nenhum subsídio recebe. É interessante lembrar que nessa área também estão os financiamentos à infraestrutura social, como rede de águas, esgotos, etc. Além disso, a construção não pressiona as importações.

Segundo, as obras públicas, orientadas principalmente para os serviços públicos. O governo deverá também reativar as obras públicas geradoras de emprego e com consideráveis efeitos multiplicadores sobre a economia privada. Para tanto, também deveriam ser utilizados recursos oriundos de tributos. Além de emprego, os serviços decorrentes representarão aumentos indiretos de salários.

Terceiro, os preços mínimos e o financiamento para a agricultura. Já ficou provado que os antigos subsídios à agricultura não produziam os efeitos desejados e o País viu declinar o suprimento de alimentos necessários à sua população. Um sistema adequado de preços mínimos, que estimule os produtos agrícolas a ampliar a área plantada e fazer jus aos aumentos de produtividade, é prioritário em qualquer plano de emergência que venha a ser adotado pelo novo governo brasileiro.

8

Estas são as orientações gerais que deverá adotar a política econômica do futuro governo Tancredo Neves. Independência responsável em relação ao Fundo Monetário Internacional e manutenção de superávit comercial via aumento das exportações; retomada do crescimento, geração de empregos e aumento da massa global de salários; reforma tributária e aumento dos investimentos públicos; aumento moderado da oferta de moeda e redutor sobre a correção monetária dos ativos financeiros visando a baixa da taxa de juros e o aumento dos investimentos privados; combate gradual à inflação através da desindexação parcial dos ativos financeiros e dos salários tendo em vista uma inflação futura declinante, de forma a quebrar o fator mantenedor da inflação, através do controle administrativo de preços e da própria retomada de crescimento – são estas algumas das medidas que deverão ser tomadas logo no início do governo, aproveitando as expectativas favoráveis de toda a Nação.

Dois erros deverão ser cuidadosamente evitados. O erro do governo argentino do presidente Alfonsín, que não aproveitou as expectativas favoráveis para tomar medidas imediatas de reestruturação da economia e das finanças argentina e agora enfrenta problemas sociais crescentes; ou o erro de buscar uma retomada apressada demais do desenvolvimento acompanhada por aumentos de salários reais e ter como consequência nova aceleração inflacionária e perda do ajustamento externo.

A candidatura Tancredo Neves está baseada em um pacto social democrático que une trabalhadores, classes médias assalariadas e empresários, que identifica o povo com a sociedade civil, que representa a Nação brasileira. Os dois riscos mais graves que enfrenta hoje esta candidatura são as tentativas de reação do regime autoritário em apoio à candidatura Maluf e a força corruptora dessa candidatura. Na verdade, o regime militar já esgotou seu ciclo de poder e não tem candidato para sucessão do presidente Figueiredo. Por outro lado, a corrupção foi de tal forma denunciada que perdeu boa parte de sua eficácia. Por isso talvez sejam mais preocupantes os riscos que correrá o futuro governo

Tancredo Neves. O pacto social e a aliança política que se estabeleceram em torno de seu nome e o conseqüente apoio popular serão, então, seu principal ativo político. Mas a situação social do povo brasileiro é tão grave, e a insatisfação tão profunda, que esse ativo poderá ser perdido rapidamente se, de um lado, não se tomarem medidas urgentes e equilibradas para reduzir o desemprego, aumentar a massa de salários e reduzir a taxa de inflação sem sacrifícios adicionais para os trabalhadores, e, de outro, se não se prevenir com toda franqueza a todos que essas medidas, ainda que rápidas e bem tomadas, não produzirão efeitos nem imediatos nem milagrosos.